

CARTA COMPROMISSO 2025

CARTA COMPROMISSO DO FÓRUM POPULAR DE JUSTIÇA AMBIENTAL E CLIMÁTICA DE RIO DAS OSTRAS

O Fórum Popular de Justiça Ambiental e Climática de Rio das Ostras se consolida como um movimento permanente de diálogo sobre as dinâmicas socioambientais que moldam o município. Esta proposta, construída de forma colaborativa, tem como objetivo promover reflexões sobre o meio ambiente a partir das vivências de representantes de diversos setores da sociedade, como movimentos sociais, universidades, escolas, poder público e a sociedade civil em geral.

Reconhecemos que o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, garantido pelo artigo 225 da Constituição Federal de 1988, ainda não é assegurado em nosso município. Além disso, com o agravamento da crise climática, os impactos negativos dos desequilíbrios ambientais recaem, principalmente, sobre grupos vulnerabilizados socialmente e sobre municípios com baixa capacidade de adaptação às mudanças climáticas, que demandam infraestrutura adaptada, políticas de mitigação de impactos e gestão. , .

Diante das emergências climáticas, que impactam no âmbito global, regional e local, as desigualdades se tornam ainda mais evidentes, exigindo que tanto o poder público quanto a sociedade se mobilizem para enfrentar os desafios que existem no município e se prevenir dos impactos que potencialmente virão. Além disso, o rápido crescimento populacional de Rio das Ostras e suas demandas requerem uma atenção especial às formas de interação da população com o meio ambiente, bem como a promoção da justiça ambiental e climática, para que os grupos historicamente mais afetados possam participar, junto ao poder público, da formulação e desenvolvimento de programas e políticas públicas que considerem esse contexto.

Com base na análise desse cenário, o grupo de trabalho responsável pela organização do I Fórum Popular de Justiça Ambiental e Climática de Rio das Ostras dedicou-se intensamente a esta construção coletiva entre os meses de junho e agosto de 2024, realizando encontros no Centro Cultural de Educação Popular de Rio das Ostras (CEPRO). Nesse período, promovemos reuniões abertas que contaram com uma ampla adesão da comunidade, resultando em valiosas contribuições de representantes de diversos setores, com ideias e propostas para enfrentar os problemas socioambientais do município na perspectiva da justiça ambiental e climática. No dia 10 de agosto de 2024, foi realizado o evento do I Fórum Popular de Justiça Ambiental e Climática, no Centro Cultural de Educação Popular de Rio das Ostras, reunindo quase cem pessoas para a construção coletiva das propostas para a carta compromisso.

Diante desse empenho coletivo, é essencial que o governo municipal de Rio das Ostras assuma o compromisso de fortalecer a participação social, de forma que, em parceria com a sociedade civil, possam ser planejadas e implementadas ações fundamentais para um município socialmente justo, ecologicamente equilibrado e economicamente sustentável.



Como resultado do I Fórum Popular de Justiça Ambiental e Climática de Rio das Ostras, apresentamos as demandas e ações propostas pela população local. Esta carta tem o objetivo de CONVIDAR o Sr. Prefeito, eleito nas eleições de 2024, para assinar este COMPROMISSO com a população do município. Ao assiná-la, o gestor se compromete a apoiar as pautas e realizar as ações aqui descritas, demonstrando seu compromisso com os eleitores e com as necessidades da cidade de Rio das Ostras.

I) Dar início à revisão do Plano Diretor de Rio das Ostras no primeiro ano de governo com a participação do Conselho Municipal de Política Urbana de Rio das Ostras eleito na 2ª Conferência Municipal das Cidades. Ação 1. Realizar um diagnóstico urbano que analise os principais problemas e potencialidades da cidade para orientar a revisão do plano. ☐ **Ação 2**. Realizar licitação para contratação de consultoria especializada para contratação de empresa para realizar a Revisão do Plano Diretor, coordenado pela Secretaria Municipal de Urbanismo. Ação 3. Prever a realização de oficinas participativas por setores para garantir a participação popular em todas as etapas de construção do Plano Diretor. Ação 4. Garantir a permanência de área rural no Plano Diretor e políticas para a produção agroecológica e orgânica, se alinhando às políticas nacional e estadual. II) Elaborar política habitacional com prioridade voltada para habitação de interesse social Ação 5. Mapear áreas disponíveis para construção de habitações sociais, priorizando áreas com infraestrutura básica. Ação 6. Estabelecer parcerias com órgãos estaduais e federais para captar recursos e subsídios direcionados a projetos de habitação de interesse social. Ação 7. Criar programas de incentivo fiscal para empresas e organizações que contribuam com projetos habitacionais de interesse social. III) Ampliar a participação popular por meio do fortalecimento do controle social e através da promoção de Audiências Públicas sobre questões acerca do Meio Ambiente e o Clima Ação 8. Desenvolver uma plataforma digital para divulgação e recebimento de sugestões, aberta a toda a população. Ação 9. Criar conselhos consultivos com representantes de diversos setores da sociedade para promover diálogo sobre temas ambientais e climáticos. Ação 10. Incentivar a participação popular no controle e fiscalização do Orçamento

IV) Combater a privatização dos serviços públicos essenciais



Participativo.

| aumentando a eticiência e a qualidade do iatendimento à nonulação | | |
|--|--|--|
| aumentando a eficiência e a qualidade do jatendimento à população. | | |
| ☐ Ação 12 . Implementar uma política de transparência que demonstre os benefícios dos serviços públicos e valorize a atuação dos servidores. | | |
| ☐ Ação 13 . Estabelecer uma campanha de conscientização para educar a população sobre os riscos e prejuízos da privatização dos serviços essenciais. | | |
| ☐ Ação 14. Divulgar o plano de trabalho e previsão de investimentos e balanço geral realizado pela concessionária de serviços de água e esgoto (Rio+Saneamento) anualmente para a população, como forma de controle social. | | |
| V) Garantir a participação ativa da população nas políticas urbanas e rurais, ambientais e climáticas | | |
| ☐ Ação 15. Desenvolver programas de capacitação ambiental para que os cidadãos compreendam as questões climáticas e possam participar de forma consciente). ☐ Ação 16. Criar um conselho de justiça ambiental composto por moradores das áreas periféricas, lideranças comunitárias e especialistas para elaborar políticas locais. ☐ Ação 17. Garantir a instituição do Conselho Municipal de Política Urbana de Rio das Ostras como forma de participação social nas políticas urbanas. | | |
| VI) Promover hortas comunitárias e cozinhas solidárias para o combate à fome e insegurança alimentar | | |
| ☐ Ação 18. Identificar espaços públicos disponíveis para a criação de hortas comunitárias e | | |
| cozinhas solidárias. | | |
| cozinhas solidárias. Ação 19.Criar programas de capacitação e suporte técnico e remuneração para os | | |
| cozinhas solidárias. Ação 19.Criar programas de capacitação e suporte técnico e remuneração para os moradores interessados em participar de projetos de agricultura urbana. Ação 20. Estabelecer parcerias com instituições locais para captação de recursos e doação | | |
| cozinhas solidárias. Ação 19.Criar programas de capacitação e suporte técnico e remuneração para os moradores interessados em participar de projetos de agricultura urbana. Ação 20. Estabelecer parcerias com instituições locais para captação de recursos e doação de materiais para as hortas e cozinhas. Ação 21. Criar uma feira agroecológica com produtos da região e apoiar as feiras | | |
| cozinhas solidárias. Ação 19.Criar programas de capacitação e suporte técnico e remuneração para os moradores interessados em participar de projetos de agricultura urbana. Ação 20. Estabelecer parcerias com instituições locais para captação de recursos e doação de materiais para as hortas e cozinhas. | | |
| cozinhas solidárias. Ação 19.Criar programas de capacitação e suporte técnico e remuneração para os moradores interessados em participar de projetos de agricultura urbana. Ação 20. Estabelecer parcerias com instituições locais para captação de recursos e doação de materiais para as hortas e cozinhas. Ação 21. Criar uma feira agroecológica com produtos da região e apoiar as feiras agroecológicas já existentes, como medida de política pública. Ação 22. Implementar o Programa Nacional de Alimentação Escolar e Programa de | | |
| cozinhas solidárias. Ação 19.Criar programas de capacitação e suporte técnico e remuneração para os moradores interessados em participar de projetos de agricultura urbana. Ação 20. Estabelecer parcerias com instituições locais para captação de recursos e doação de materiais para as hortas e cozinhas. Ação 21. Criar uma feira agroecológica com produtos da região e apoiar as feiras agroecológicas já existentes, como medida de política pública. Ação 22. Implementar o Programa Nacional de Alimentação Escolar e Programa de Aquisição de Alimentos no município VII) Promover a coleta seletiva e criar uma cooperativa de catadores de recicláveis e reutilizáveis Ação 23. Criar ecopontos para incentivar a separação de materiais recicláveis pela | | |
| cozinhas solidárias. Ação 19.Criar programas de capacitação e suporte técnico e remuneração para os moradores interessados em participar de projetos de agricultura urbana. Ação 20. Estabelecer parcerias com instituições locais para captação de recursos e doação de materiais para as hortas e cozinhas. Ação 21. Criar uma feira agroecológica com produtos da região e apoiar as feiras agroecológicas já existentes, como medida de política pública. Ação 22. Implementar o Programa Nacional de Alimentação Escolar e Programa de Aquisição de Alimentos no município VII) Promover a coleta seletiva e criar uma cooperativa de catadores de recicláveis e reutilizáveis Ação 23. Criar ecopontos para incentivar a separação de materiais recicláveis pela população. Ação 24. Oferecer apoio financeiro e técnico para a formação e funcionamento de uma | | |
| cozinhas solidárias. Ação 19.Criar programas de capacitação e suporte técnico e remuneração para os moradores interessados em participar de projetos de agricultura urbana. Ação 20. Estabelecer parcerias com instituições locais para captação de recursos e doação de materiais para as hortas e cozinhas. Ação 21. Criar uma feira agroecológica com produtos da região e apoiar as feiras agroecológicas já existentes, como medida de política pública. Ação 22. Implementar o Programa Nacional de Alimentação Escolar e Programa de Aquisição de Alimentos no município VII) Promover a coleta seletiva e criar uma cooperativa de catadores de recicláveis e reutilizáveis Ação 23. Criar ecopontos para incentivar a separação de materiais recicláveis pela população. | | |

FÓRUM POPULAR

JUSTIÇA AMBIENTAL

E CLIMÁTICA

| □ Ação 26. Implementar um Programa de Gestão Sustentável de Resíduos e Limpeza Urbana, de acordo com o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, que busque priorizar a coleta seletiva e o destino adequado dos resíduos, promovendo a separação de resíduos orgânicos para compostagem em hortas urbanas. □ Ação 27. Proibir o uso de agrotóxicos como Round-Up na limpeza pública e promover campanhas de conscientização para o uso de alternativas ecológicas em áreas públicas e privadas, como quintais, calçadas, hortas e sítios, visando à saúde ambiental e à segurança alimentar da população. |
|---|
| VIII) Ampliar o investimento em pesquisas voltadas para as questões socioambientais e climáticas |
| □ Ação 28. Estabelecer convênios com universidades e institutos de pesquisa para a realização de estudos socioambientais na cidade. |
| ☐ Ação 29 . Criar um fundo de apoio à pesquisa climática, priorizando projetos que possam orientar políticas públicas locais. |
| ☐ Ação 30. Organizar conferências e seminários para apresentação dos resultados de pesquisas e engajamento da comunidade em temas ambientais. |
| IX) Implementar a Política Municipal de Educação Ambiental alinhado ao Programa Nacional de Educação Ambiental |
| ☐ Ação 31. Incluir a educação ambiental com atividades específicas no Referencial Curricular de Rio das Ostras. |
| Ação 32. Criar programas de educação ambiental não-formal e informal em diversos |
| bairros, incentivando a participação de todas as faixas etárias e segmentos da população. Ação 33. Promover eventos e campanhas temáticas sobre sustentabilidade, envolvendo a população em ações práticas e educativas. |
| X) Implementar políticas públicas de mitigação e adaptação climática em Rio das Ostras |
| ☐ Ação 34 . Desenvolver um mapeamento das áreas vulneráveis para direcionar investimentos prioritários em infraestrutura. |
| ☐ Ação 35 . Criar abrigos temporários e um plano de resposta a desastres para proteger populações em áreas de risco. |
| ☐ Ação 36 . Fortalecer e adaptar as infraestruturas públicas nas áreas de saúde, educação, transporte, assistência e saneamento, com foco nas comunidades mais afetadas pelas mudanças climáticas. |
| ☐ Ação 37. Montar uma equipe interdisciplinar para atuar junto à defesa civil |
| XI) Implementar e fortalecer políticas de proteção e regeneração dos ecossistemas locais, rios, vegetação e áreas costeiras, com foco em projetos de reflorestamento e recuperação |



de áreas degradadas.

| | Ação 38. Implementar programas de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas com o apoio de especialistas, movimentos sociais e voluntários locais. Ação 39. Monitorar e proteger os recursos hídricos com sistemas de controle municipais de qualidade da água e fiscalização de áreas de preservação. Ação 40. Implementar o Programa Municipal de Proteção e Conservação da Fauna Local, |
|---|--|
| | com ações de criação e fortalecimento de áreas de preservação, parcerias para monitoramento de espécies, campanhas educativas sobre respeito à fauna e reforço na fiscalização contra maus-tratos e tráfico de animais silvestres. |
| XII) Promover um modelo de desenvolvimento sustentável, incentivando práticas agroecológicas, energias renováveis e construções de soluções baseadas na natureza. | |
| | Ação 41 . Implementar incentivos fiscais para produtores que adotem práticas agroecológicas e sustentáveis. |
| | Apoiar a agricultura familiar de base agroecológica |
| | Ação 42 . Garantir que pelo menos 40% do valor destinado à compra de alimentação |
| | escolar possa ser proveniente da agricultura familiar. |
| | Ação 43 . Promover um programa de certificação para empresas e empreendimentos que |
| | sigam práticas sustentáveis e utilizem soluções que respeitem a natureza. |
| | I) Promover o fortalecimento das Comunidades Pesqueiras e a sustentabilidade da ca Artesanal |
| | Lção 44. Criar a Secretaria de Pesca responsável pelo apoio técnico e financeiro aos |
| p | escadores(as), fomentando a organização da classe e garantindo recursos para a pesca rtesanal. |
| | Ção 45. Estabelecimento de um Conselho para Pesca Artesanal para representar as |
| d | emandas dos pescadores artesanais, promovendo sua participação nas decisões sobre olíticas locais. |
| | Ação 46. Reativar o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Pesca |
| (| CMDRSP), de modo a atualizar o regimento para incluir setores sociais e fortalecer a |
| p | articipação da sociedade civil, com foco em atender as necessidades das comunidades esqueiras. |
| | Ação 47. Impulsionar Conselhos Locais de Pesca nas Associações de Moradores como acilitar a articulação e o fortalecimento social nas comunidades envolvidas. |
| p | Ação 48. Fortalecer a Organização Social das Comunidades Pesqueiras, ampliando os rocessos de organização e mobilização social, proporcionando apoio institucional às niciativas dos pescadores(as) e o desenvolvimento sustentável das atividades pesqueiras. |





fpjac.riodasostras@gmail.com
② @fpjac.riodasostras